

## **LEI N.º 2.875, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.**

**“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

SAMIR ALBERTO PERNOMIAN, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica autorizado ao Sr. AMAURI CAVICCHIO, brasileiro, portador do RG nº 15.877.836-4, CPF nº 058.854.978-93, residente e domiciliado na Vicinal José Prefeito José Morales Agudo, km 2+100 metros, em Parapuã/SP, a permissão de uso nos termos dispostos na Lei Orgânica Municipal em seu artigo 58, § 3º, com a nova redação dada pela Emenda nº 22, à Lei Orgânica do Município de Parapuã, de 02 de abril de 2012, do imóvel rural abaixo descrito (parte da antiga área do COTRALIX) e um triturador, abaixo descritos:

I – UM IMÓVEL RURAL que inicia no ponto F-D, cravado na margem da estrada municipal PRP-20, no vértice formado pela referida estrada e as terras da COTRALIX; segue com o rumo de 49°39'SE e distância de 120,61 metros até o ponto F-D1, cravado junto a Área “B” da Área 1 do Sítio Matsuno, confrontando com a estrada municipal PRP-20; deflete a direita e segue, com o rumo de 47°26'SW e distância de 299,18 metros até o ponto F-D2, confrontando com a Área “B” da Área 1 do Sítio Matsuno, deflete a direita e segue, com o rumo de 50°58'57” NW e distância de 121,00 metros, confrontando com a Área “B” da Área 1 do Sítio Matsuno, até o ponto F-D3, cravado no vértice formado pela Área “B” da Área 1 do Sítio Matsuno e com terras da COTRALIX; deflete a direita e segue, com o rumo de 47°26'NE e distância de 307,45 metros até o ponto F-D, ponto inicial da descrição deste perímetro, confrontando com terras da compradora. Área de 3,60 hectares ou 1,50 alqueires;

II – Um Triturador de Galhos para resíduo vegetal de poda urbana, elétrico, automatizado, capacidade de 3 polegadas de bitola na alimentação, e saída de farelo de  $\frac{3}{4}$ , fabricante Construlix Construção Industrial, Comercial e Serviços Ltda., patrimônio da Prefeitura do Município de Parapuã sob o nº 4222.

**Parágrafo único.** Referidas áreas dependem de regularização junto aos órgãos competentes, possuindo a municipalidade somente a posse dos mesmos.

**Artigo 2º** - A presente permissão é efetuada a título precário e gratuito, ficando o beneficiário obrigado a não alterar a finalidade dos bens públicos cedidos, bem como não deverá ainda, cedê-lo, transferi-lo ou aliená-lo a título gratuito e/ou oneroso, total ou parcialmente, sob qualquer pretexto ou causa a terceiros.

## **LEI N.º 2.875, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.**

**Artigo 3º** - O Permissionário ficará encarregado pelas despesas inerentes à utilização, a conservação dos mesmos, manutenção, guarda, bem como, eventuais danos causados por dolo, culpa, caso fortuito ou força maior.

**Artigo 4º** - O Permissionário não deverá de igual forma, sem o consentimento prévio e expresso do Permitente, proceder a qualquer modificação nos bens ora permitidos.

**Artigo 5º** - O Permissionário responderá civil e criminalmente, por todos os danos, perdas, prejuízos que por dolo ou culpa sua, no exercício de suas atividades venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Permitente ou a terceiros.

**Artigo 6º** - O Permissionário é responsável por todos os encargos de legalização de seu empreendimento, bem como os trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais, resultantes da execução desta Permissão, quando cabíveis, previstos na legislação vigente, bem como deverá providenciar como condição para o início de suas atividades, e no prazo estabelecido no artigo 10, a constituição jurídica regular da cooperativa, devendo o município Permitente ser cientificado.

**Artigo 7º** - A execução da permissão deverá ser acompanhada e fiscalizada, nos termos da legislação vigente pelo Diretor do Departamento Municipal de Meio Ambiente.

**Artigo 8º** - O Permissionário deverá assinar TERMO DE PERMISSÃO DE USO prevendo direitos e responsabilidades de cada parte envolvida no ato.

**Artigo 9º** - O Permissionário terá o prazo de 60 (sessenta) dias para início das atividades, a contar da assinatura do Termo de Permissão.

**Artigo 10** - A revogação da presente permissão em estando em vigência, será efetuada quando o interesse público exigir, através de ato do Executivo, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para comunicação, exceto no caso do não cumprimento do artigo 9º, cuja revogação será imediata.

**Artigo 11** - O(s) produto(s) resultante(s) da presente permissão será revertido para o Permissionário.

**Artigo 12** - Os encargos que a Prefeitura eventualmente vier a assumir em razão da execução do presente contrato correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

## **LEI N.º 2.875, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.**

**Artigo 13** - O prazo da presente permissão é de 04 (quatro) anos podendo ser revogada nos termos da presente Lei.

**Artigo 14** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, em 07 de outubro de 2015.

**SAMIR ALBERTO PERNOMIAN**  
**Prefeito Municipal**

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã, e afixada em lugar de costume na data supra.

**CLAYTON FERREIRA DA SILVA**  
**Secretário designado**